

O ENSINO DA
GEOGRAFIA E OS
JOVENS EM
SITUAÇÃO DE RISCO
SOCIAL: “POR UMA
GEOGRAFIA CIDADÃ”

*THE TEACHING OF
GEOGRAPHY AND
YOUNG PEOPLE AT
RISK SOCIAL:
“CITIZENS FOR A
GEOGRAPHY”*

*LA ENSEÑANZA DE
LA GEOGRAFIA Y LOS
JÓVENES EN
SITUACIÓN DE
RIESGO SOCIAL:
“POR UNA
GEOGRAFIA
CIUDADANA”*

TÂNIA BATISTA
TEODORO

UNI-BH

tbtpitti@yahoo.com.br

Resumo: Uma das funções sociais da Escola é a formação para a cidadania. O professor-pesquisador participa desse processo ao se empenhar para construir diálogos com os educandos sobre qual o significado do meio para esses sujeitos; como percebem o espaço; quais formas de territorialização que utilizam; quais espaços em que a segregação se revela e como o ensino pode contribuir para uma percepção crítica da realidade e intervenção ou reconstrução dos espaços de sua vivência. O objetivo deste trabalho é apresentar essa discussão voltada aos “jovens em situação de risco social”; suas realidades e dinâmicas espaciais das quais fazem parte, na denominada “Geografia Cidadã”. Para tanto, torna-se necessário identificar a situação de risco social e a percepção dos sujeitos nela inseridos quanto ao ensino da Geografia, o que é possível, também, por meio de entrevistas realizadas com jovens em cumprimento da medida sócio-educativa Liberdade Assistida.

Palavras-chave: Jovens em situação de risco social, ensino-aprendizagem, Geografia Cidadã, espaço vivido, Liberdade Assistida.

Abstract: One of the social functions of the School is training for citizenship. The teacher-researcher part of this process is to strive to build dialogue with the students about the significance of the means for these individuals, perceives as the space, which they use forms of territorialization, which areas in which segregation is revealed and how the teaching can contribute to a critical perception of reality and of the intervention or reconstruction of their living spaces. The goal is make this thread dedicated to “youth at social risk”, its realities and spatial dynamics of which are part, named “Citizen Geography.” Thus, it is necessary to identify the situation of social risk and the perception of the subjects included in it about the teaching of geography, which is possible, through interviews with young people in fulfilling the socio-educational measure Assisted Freedom.

Keywords: Young people at social risk, teaching-learning, geography Citizen, living room, assisted freedom

Resumen: Una de las funciones sociales de la Escuela es la formación para la ciudadanía. El maestro-investigador participa de ese proceso cuando él se comete a construir diálogos con los alumnos sobre cuál es el significado del entorno para ellos; como perciben el espacio; cuales son las formas de territorialización que utilizan ellos; cuales son los espacios en que la segregación se revela y como la enseñanza puede contribuir para una percepción crítica de la realidad y intervención o reconstrucción de los espacios de su vida. El objetivo de este trabajo es presentar esa discusión que se vuelta a los “jóvenes en situación de riesgo social”; sus realidades y dinámicas espaciales de las cuales hacen ellos parte, en la denominada “Geografía Ciudadana”. Para eso, es necesario que se identifique la situación de riesgo social y la percepción de los sujetos en ella insertados cuanto a la enseñanza de la Geografía, lo que es posible también por medio de entrevistas hechas con jóvenes participantes de la medida socioeducativa Libertad Asistida.

Palabras-clave: Jóvenes en situación de riesgo social, enseñanza-aprendizaje, Geografía Ciudadana, espacio vivido, Libertad Asistida.

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.
(Paulo Freire, 2000)

INTRODUÇÃO

A população jovem tem um perfil marcante no contexto brasileiro, não só no que diz respeito à densidade demográfica. Pois, a cultura, as formas de expressão e a atitude dos jovens são traços característicos para a definição desse grupo.

A presença dos adolescentes, também, está relacionada com alguns indicadores sociais alarmantes. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2003, p.2) “Os jovens brasileiros, principalmente os de idades entre 15 e 24 anos, são a faixa populacional mais exposta à violência, quer como vítimas ou agentes”.

Essa exposição à violência faz com que as estatísticas correspondentes às mortes de jovens por fatores externos (homicídios, acidentes de trânsito e suicídios) sejam as mais elevadas. Dados os quais revelam que os jovens são um dos principais sujeitos em *situação de risco social*.

Por situação de risco, entende-se a condição de crianças que, por suas circunstâncias de vida, estão expostas à violência, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem afetiva, cultural e socioeconômica que desfavorecem o pleno desenvolvimento bio-psico-social. Esta situação de risco acaba se traduzindo por dificuldades na frequência e no aproveitamento escolar, nas condições de saúde de forma geral e nas relações afetivas consigo mesmo, com sua família e com o mundo, tendo como conseqüências a exposição a um circuito de sociabilidade marcado pela violência, pelo uso de drogas e pelos conflitos com a lei (LESCHER et al. 2004, p.11).

A marginalização é um dos fatores capazes de tornar o jovem vulnerável socialmente, e a configuração dessa situação de risco representa uma ameaça mais intensa ao envolvimento com prostituição, drogas e violência (ARANTES, 2006; MPRS, 2008).

Tendo em vista que a violência é um tema de grande importância e uma das principais ameaças aos direitos dos adolescentes, faz-se necessária a ampliação da discussão acerca da realidade desses jovens e sua formação para a cidadania, principalmente àqueles que frequentam instituições escolares, pois essas ainda são um dos principais espaços de inclusão, socialização e mobilidade social.

Em consonância com o papel significativo da Escola no contexto dos adolescentes, cabe às disciplinas nela ministradas contribuir para a formação crítica dos jovens, o que ocorre quando não se negligencia a realidade por eles vivenciada (CARLOS, 2003). Portanto, abordar os espaços vividos pelos mesmos, no âmbito da Geografia, se apóia no pressuposto de que uma determinada ciência adquire valor social quando é compreendida como algo relevante por estar presente no cotidiano dos sujeitos, tendo para esses alguma utilidade.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é compreender a relação que o ensino da Geografia possui com a realidade vivenciada pelos jovens em situação de risco social, que frequentam o ensino regular, e sua formação para o exercício da cidadania.

O conteúdo apresentado parte da delimitação conceitual dos jovens em situação de risco; da identificação do papel da Geografia na realidade desses adolescentes e da percepção que os jovens possuem em relação ao ensino da Geografia.

Para isto foi necessário um roteiro de investigação para caracterizar o perfil dos jovens em situação de risco, no qual está incluída a produção de marco teórico e a realização e análise de entrevistas com jovens em Liberdade Assistida, uma vez que o espaço de

vivência dos sujeitos é um importante elemento a ser considerado no processo de ensino-aprendizagem.

A LIBERDADE ASSISTIDA E AS ESCOLAS: RESSOCIALIZAÇÃO PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Quando se trata de risco social é importante analisar dois pontos fundamentais; o primeiro deles diz respeito aos principais sujeitos englobados nessa abordagem e segundo ponto se refere às possíveis causas dessa situação.

A acentuada desigualdade sócio-econômica no Brasil é um dos principais fatores que tornam os jovens vulneráveis à violência, sejam como vítimas ou como algozes (PLATANOW, 2007; UNESCO, 2003). “(...) A violência encontra um excelente caldo de cultivo na apatia, na falta de projeto de futuro, na ausência de perspectivas e na quebra dos valores de tolerância e solidariedade (...)” (UNESCO, 2004, 165).

O jovem brasileiro, por sua vez, está constantemente envolvido em situações de conflito, não somente de ordem social ou econômica. Esses conflitos também estão relacionados a diversos fatores: psico-emocionais; familiares; educacionais e sócio-geográficos.

A juventude é o grupo social que mais foi atingido por fatores como a crise no mercado de trabalho e como a explosão demográfica, que vem ocorrendo nas últimas três décadas. Data deste período a tematização da juventude, principalmente, em nível nacional, em termos políticos e educacionais, com uma representação sempre marcada por sua associação direta com problemas sociais. O conceito *jovem em situação de risco* traduz esta visão: relaciona-se aos jovens que vivem em regiões de conflito social, desta maneira tendo uma convivência com a violência e a pobreza. (OLIVEIRA et al, 2008. p.15)

Por meio dessa afirmativa é possível visualizar a necessidade de uma dedicação mais intensa aos jovens em situação de risco, o que pode ser viabilizado pelas várias instituições da sociedade, inclusive a Escola.

A fim de compreender o papel significativo da violência para caracterização da situação de risco social e os reflexos negativos que ela possui nos espaços cotidianos do jovem, torna-se importante conhecer alguns direitos que esses adolescentes possuem, mesmo quando se tornam agentes da violência, também entendida como ações resultantes da quebra do diálogo (UNESCO, 2003).

Uma das formas de evitar essa quebra de diálogo no ambiente escolar é respeitar a realidade dos educandos, seus valores artísticos, históricos e culturais. Assim, refletir que a Escola é um local em que a maioria dos adolescentes passa uma parte considerável de sua vida pode propiciar um ensino aprendizagem coerente com as vivências dos jovens.

Ao promover ações e debates acerca da realidade dos jovens em situação de risco e sua vivência educacional pretende-se, também, alcançar um objetivo social; que é a cidadania. Pois, a educação é um direito inalienável ao ser humano e precisa contribuir para que ele se desenvolva, intelectual e socialmente, nos múltiplos espaços por ele experienciados.

É importante salientar que adolescentes que realizaram um ato infracional (como furto, práticas violentas, dentre outros) estão inseridos na situação de risco e necessitam receber a devida atenção. E, com base no que assegura a lei, o desenvolvimento integral da criança e do adolescente deve ocorrer em condições de liberdade e de dignidade. E mesmo quando um jovem comete algum ato infracional é preciso assegurar-lhes seus direitos inerentes à pessoa humana, tais como o direito à educação (ARANTES, 2006; SOUZA, 1997).

Na garantia dessa prioridade, adolescentes no cumprimento de medidas sócio-educativas, sem privação de liberdade integral, são encaminhados às escolas pelas instituições competentes ou acompanhados até os ambientes de ensino regular. Já nos Centros de Reeducação, onde alguns jovens ficam internados, são realizadas práticas educativas que favoreçam o aprendizado dos mesmos.

Ao analisar as medidas sócio-educativas, ARANTES (2006, p.226) considera que: “A Liberdade Assistida é a medida mais eficaz para reeducação e socialização do adolescente que necessita da intervenção pública para auxiliar a família e os responsáveis legais na

educação e inserção social plena”; até mesmo pelo fato dessa medida não impedir os jovens de participar do convívio com a sociedade.

O caráter socializante e pedagógico da Liberdade Assistida, representado pela assistência psicológica e social, deve priorizar a proteção e o desenvolvimento do adolescente, pois, de acordo com as finalidades previstas pela Lei, a Liberdade Assistida não se caracteriza como uma punição ao jovem e sim como um apoio à cidadania do mesmo e sua reintegração à sociedade (MDS, 2008; SOUZA, 2008).

Um dos propósitos em destinar esses jovens em Liberdade Assistida às instituições escolares é fazer com que se cumpra o papel de responsabilidade do Estado; da sociedade e da família para com esses indivíduos, reduzindo a vulnerabilidade social dos mesmos. Porém, a necessidade em zelar por esses adolescentes aparece muito antes de se configurar a situação de risco sendo, às vezes, negligenciada.

Para tanto é necessário que o profissional da educação esteja preparado para receber adequadamente esses jovens, realizando um ensino condizente com a sua realidade. Assim sendo: “(...) destaca-se a importância de criação de cursos de reciclagem, que propiciem o aperfeiçoamento de professores que recebem alunos em LA, os auxiliando a compreender a condição do aluno e a possibilidade de sua reinserção social (...)” (MARTINS et al, 2005).

No entanto, é preciso considerar a possibilidade do Estado, da sociedade e da família ao interpretar que apenas a inserção de jovens em situação de risco social no ambiente de ensino regular seja o suficiente para que esses adolescentes se reeduquem.

Mas, ao observar a inserção dos mesmos torna-se necessário, também, analisar se os profissionais de ensino e as práticas pedagógicas não contribuem para ampliar ainda mais a condição de excluídos em que se encontram, o que pode ocorrer através de estereótipos e opressões.

Assim, vale considerar que: “(...) a falta de oportunidades educacionais tem comprovadamente aberto “brechas” para o aumento da criminalidade juvenil” (INESP, 2007, p.30). Essa “falta de oportunidade”, acentuada no espaço urbano, pode ser caracterizada pelas desigualdades quanto ao acesso, qualidade e, principalmente, permanência igualitária de jovens no ambiente escolar.

Azevedo (2004) realizou entrevistas com adolescentes no cumprimento de medidas sócio-educativas e a fala do jovem E.N., 18 anos enfatiza a carência de oportunidade escolar:

Passei por duas internações, nas piores unidades da FEBEM. Saí com o coração mais duro porque lá dentro fui tratado como animal. Alguns monitores batiam na gente. Acho que o couro não adianta nada, só revolta. É difícil para um ex-interno ter alguma oportunidade aqui fora. É complicado até para estudar. Só estou fazendo a 5ª série porque consegui uma vaga no CEU Inácio Monteiro. Antes, tinha ido a cinco Escolas e nenhuma me aceitou. Eu não tinha nem documentos. Fiquei triste porque estou tentando fazer tudo certo. Só quero arrumar um emprego e ter uma família. O pessoal da liberdade assistida me dá conselhos e diz que eu tenho de erguer a cabeça. Da primeira vez que saí da FEBEM não tive esse apoio e não suportei (AZEVEDO, 2004, p.1).

Observa-se na fala do adolescente, que, além do descontentamento por causa da internação, impera a questão da falta de oportunidade escolar, que contribuiu ainda mais para sua situação de exclusão. Vale realçar que:

A responsabilização pelo adolescente infrator não está como alguns pensam, em desalinhar com a educação. Muito pelo contrário, pois significa preparar o educando para a convivência humana de forma harmoniosa e saudável, com o respeito aos direitos individuais e sociais, com uma perfeita consciência de todos os seus deveres (FROTA, 1999, p.55)

A partir dessa afirmativa, a Escola, na busca por uma formação cidadã, pode incluir em sua prática educativa maneiras de estimular os jovens a ampliarem, de forma positiva, sua atuação no espaço, mediante as adversidades vivenciadas no próprio cotidiano dos alunos, revelando assim a importância da Escola em não ser uma instituição estática (DAYRELL, 2007).

Os jovens, no cumprimento ou não de medidas sócio-educativas, contribuem para formar o perfil de uma determinada sociedade, na medida em que suas ações passam a

refletir na construção ou reconstrução do espaço de suas vivências.

Para compreender o papel da Geografia na vida dos alunos é preciso compreender os múltiplos espaços vividos pelos jovens e a maneira como os locais passam a ser territorializados por um determinado grupo. A partir desse ponto é possível construir ou articular a forma mais adequada de lhes ensinar Geografia.

Esse olhar em torno da Geografia revela que ela não se restringe a uma prática educativa cega aos conflitos existentes no próprio espaço em que ela se constrói, possuindo uma função social e política acerca do reconhecimento da dinâmica do ser humano em seu espaço vivido (Serpa, 2005). Dessa forma considera-se que:

(...). Uma Geografia assim pode, sobretudo, explicitar as relações entre cultura e poder nos processos de apropriação social e espacial em diferentes escalas e recortes espaciais, assim como as múltiplas estratégias cognitivas dos diferentes agentes e grupos produtores de "espaço" (SERPA, 2005, p.12)

O ensino da Geografia, coerente com o desenvolvimento das potencialidades dos jovens em situação de risco social, possibilita uma formação crítica, pois destaca o espaço vivido, ou seja; o espaço da realidade do próprio sujeito, um espaço complexo, pois é o espaço em que diferentes vivências, culturas e subjetividades são apresentadas. E, segundo CAVALCANTI (2002, p.47): "É, também, um espaço extremamente segregado e segregador, onde cresce a cada dia o número de excluídos (...).

Pode-se admitir, através desse ângulo, que o espaço vivido pelos sujeitos não é restrito a uma escala local; sendo o espaço cujas fronteiras encontram-se difusas. Esse espaço de diálogo (globalizado) é ao mesmo tempo um espaço de exclusão, no qual a realidade dos sujeitos em situação de risco social é apresentada. Contudo, no momento em que se busca conhecer e trabalhar sobre o espaço do jovem "A Geografia defronta-se com a tarefa de entender o espaço geográfico num contexto bastante complexo" (CAVALCANTI, 1998, p.16).

Trabalhar com adolescentes em situação de risco social e sua relação com o ensino da Geografia abrange o estudo da condição do jovem no espaço, suas lutas e conflitos, formas de territorialização do espaço e percepção conceitual e prática do mesmo, o que ocorre de acordo com sua experiência e cultura.

A abordagem dos sujeitos em situação de risco social revela que a própria construção de sua história está relacionada às modificações que são exercidas no espaço. Sendo assim: "(...) Estudar a realidade social contemporânea desprezando o ponto de vista geográfico é tratar as sociedades como abstratas e imaginárias, como um "invertebrado", um corpo que não tem onde se sustentar" (OLIVA; GIANCANTI, 1999, p.3) e o próprio estudo do espaço geográfico ao desprezar a realidade social contemporânea passa a ser o estudo do espaço abstrato e imaginário. Ao contrário desse fato, estudar o espaço e contextualizá-lo com a realidade da sociedade em questão torna a prática geográfica mais útil socialmente.

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A SOCIALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE O ESPAÇO VIVIDO

Os jovens conceituam, refletem e podem intervir nos espaços de sua vivência, através das oportunidades que tiveram, ou não, no ambiente familiar, escolar e social. A partir desse ponto, é possível abordar a influência do meio na formação humana. Já que: "O estudo do meio só se realiza quando, a partir de uma visão sem preconceito e desalienada, estabelecemos objetivos humanos e atuamos para humanizar o meio (...)" (PONTUSCHKA, 2006, p. 68).

A instituição escolar e as disciplinas ministradas em seu âmbito, ao se vincularem com a compreensão dos sujeitos em situação de risco social, principalmente daqueles que cumprem medidas sócio-educativas, têm a possibilidade de instigá-los a desenvolver uma opinião crítica acerca de sua realidade.

Desse modo, debater e investigar qual tem sido o papel da Escola na atualidade e sua relação com os sujeitos aos quais ela se destina é importante para identificar seu significado efetivo no cotidiano dos alunos e se a Escola tem negligenciado ou não o seu papel na

formação crítica dos sujeitos.

É preciso, também, investigar qual a função social das diferentes disciplinas na formação do educando como interventora de sua realidade, na interpretação de GOULART; REGO (2007):

A Geografia (...). Continua sendo apresentada aos alunos de forma maçante, fragmentada e sem sentido. São longos textos, propostas de trabalho cansativas, objetivos inadequados, planejamentos e conteúdos desarticulados entre si, atividades desconectadas do mundo vivido. Deixam de ser contemplados o interesse dos aprendentes, o seu cotidiano, as suas experiências e os seus conhecimentos. As aulas se tornam mecânicas, há uma inércia que parece atingir os alunos e os professores. Como então fazê-los perceber o significado do conhecimento geográfico? Para que aprender Geografia? Ela está presente no cotidiano? Como pensá-la enquanto possibilidade da formação cidadã? (GOULART; REGO, 2007).

Ao analisar a discussão feita pelos autores, torna-se válido enfatizar que conhecimento acerca da realidade que envolve os educandos precisa participar da construção da prática educativa. Assim, "(...) é preciso um modo elaborado e diferente de pensar o mundo, no qual a Geografia não só tem importância, como também fornece uma poderosa e reveladora perspectiva crítica" (OLIVA; GIANANTI, 1999, p. 2). Nesse sentido, a Geografia pode se dedicar à explicação de fatores que acarretam o risco social e suscitar no aluno uma posição crítica em relação às situações adversas que ele vivencia.

Sabe-se que o indivíduo não se torna infrator aleatoriamente, ele é impulsionado ao mundo do crime por diversos fatores, dentre eles: êxodo rural, migração interna, crescimento demográfico, desagregação familiar, pobreza e os meios de comunicação de massa. Esse conjunto de situações acaba contribuindo para que, determinados adolescentes, tenham uma percepção falha da realidade, dessa forma, eles são expostos constantemente aos perigos da sociedade que os incorpora no mundo do crime. (QUEIROZ, 1984 apud MARTINS, 2005).

Contribuir para a que o educando construa uma percepção integral e crítica da realidade parte da necessidade do ensino englobar as vivências desses alunos, sua história e sua Geografia. Sendo essa, também, uma forma de romper com a abordagem mecanicista que a sociedade é, às vezes, submetida. (RUA, 1993).

A partir dessa questão, rever e aperfeiçoar práticas pedagógicas, freqüentemente, torna-se algo indispensável para verificar as relações que têm sido estabelecidas entre o espaço vivido dos sujeitos e o que lhes é ensinado. Essa necessidade representa a possibilidade de criação de estratégias de ensino geográfico condizentes com realidade dos educandos.

De acordo com a idéia de SANTOS (1996, p.218):

Devemos nos preparar para uma ação que, nas condições atuais, exige coragem, tanto no estudo quanto na ação, a fim de tentar fornecer as bases de reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do homem, o espaço de toda gente e não o espaço a serviço do capital e de alguns.

Deste modo, sabe-se que os jovens são seres que atuam na reconstrução do espaço e, de acordo com o meio em que vivem (Escola, família e sociedade), constroem ou herdaram experiências que podem ser significativas durante o processo de aprendizagem; o que conduz à conclusão de que "(...) o professor não deve esquecer que a percepção espacial de cada sujeito ou sociedade é resultado, também, das relações afetivas e de referências sócio-culturais" (CASTROGIOVANNI, 2007, p.45).

Assim, Conhecer e compreender o espaço da vivência dos educandos e impulsioná-los a um diálogo crítico, que venha a interferir na sua relação com o meio, aparece como uma necessidade inerente à prática educativa da Geografia no exercício de sua função social.

POR UMA "GEOGRAFIA CIDADÃ"

As mazelas sociais, que englobam parte considerável da população desse país, trazem consigo um apelo composto da necessidade de reflexão, análise crítica, discussão e

atitudes, individuais e coletivas, voltadas a reduzir as diversas formas de segregação, que intensificam as situações de risco.

Tal apelo fundamenta-se em uma formação escolar e social voltada para a cidadania, na qual o sujeito, como conhecedor de sua realidade e de seus direitos e deveres, é estimulado a fazer uma análise e reflexão de seu cotidiano, reconhecendo que sua condição não é estática. Essa formação escolar, de potencial crítico, interventor e transformador, é fundamentada no conceito de Escola Cidadã, surgido no Brasil no final da década de 1980 pelas influências das idéias de Paulo Freire e baseia-se no fato que: “Ensinar não é transferir conhecimentos. É criar as possibilidades para a sua produção e para a sua construção” (GADOTTI, 2001, p.6).

A “Geografia Cidadã” está inserida nesse conceito, pois, vivenciá-la só se torna possível por meio da valorização da realidade dos educandos e do uso de práticas direcionadas a pensar, intervir e reconstruir o espaço do sujeito, no qual a cidadania possa vigorar.

Oliveira (2006), ao fazer uma reflexão crítica sobre a Geografia Escolar, expõe o fato da dimensão social de construção do espaço geográfico já ser uma discussão literária de diversos pensadores, mas que ainda não assumiu o devido caráter prático no cotidiano escolar.

(...). Desta feita, dificilmente o ensino, ora apresentado, contribuirá para que os sujeitos em aprendizagem expressem livremente o desenvolvimento de suas idéias, de suas atitudes e os procedimentos que lhes são característicos frente ao mundo que se globaliza desigualmente (OLIVEIRA, 2006. p.12).

Assim, vale discutir a contribuição do ensino para o desenvolvimento sócio-intelectual dos educandos, sua capacidade de criticar e de agir mediante algumas adversidades. Nesse contexto, a “Geografia Cidadã” pode ser como uma forma de representação da dimensão social dessa ciência. Afinal, “Qual seria a função social do ensino, senão a de formar o indivíduo para compreender a realidade e a intervir nela? (OLIVEIRA, 2006, p. 16).

A Discussão das práticas educativas de Geografia tem o interesse de expor a necessidade de os educandos serem co-autores das aulas e não meros observadores e receptores de informações. Essa necessidade advém da pretensão de que os diálogos iniciados no ambiente escolar sejam intensificados em práticas extra-escolares. Deste modo, considera-se que: “Nos desafios da Geografia Escolar, também estão inscritos os alunos: suas diversidades culturais e perspectivas, suas vivências e práticas sociais (...), pois influenciam nas ações educativas da sala de aula no espaço Escolar” (GRECO; FONSECA, 2006, p. 1).

Sabe-se ainda das diversas dificuldades enfrentadas quando se pretende valorizar as diversidades e realidades que compõe a sala de aula. Pois, “é difícil estimular o pluralismo quando existe segregação, preconceito e exclusão, quando as pessoas estão acostumadas a obedecer, porque a regra é o autoritarismo decorrente das relações fortemente hierárquicas”. (ARANHA, 1996, p.121).

Mas, é justamente esse desafio em superar preconceitos e segregações que pode ser trabalhado pela Escola, pois esse é o espaço das trocas de saberes. Um espaço da coletividade e da formação do jovem como cidadão, um espaço sócio-cultural. E, de acordo com DAYRELL (1996, p.140) “(...). Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, em resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constrói enquanto instituição”.

Trabalhar a realidade e os espaços sócio-culturais dos adolescentes abrange também, a compreensão da Geografia desses sujeitos: qual seu lugar de origem, por que se localizam em determinados espaços, qual a percepção que possuem sobre sua dinâmica espacial e quais formas de territorialização que utilizam. Principalmente por que: “na relação entre a Geografia Escolar e os alunos está o desafio que permeia o trabalho cotidiano de tantos professores, na constante busca do aprendizado que encontre ressonância na vida dos alunos (...)” (GRECO; FONSECA, 2006).

Essa idéia, também trabalhada por Valverde (2007), parte do princípio que aprender Geografia consiste em pensar na realidade dos sujeitos em sua relação com o mundo. Portanto, incorporar o espaço vivido ao ensino da Geografia trata-se de uma reafirmação do papel dos sujeitos como seres ativos em sua própria realidade. Desse modo, os educandos podem se sentir mais estimulados a participar das aulas, já que o processo de ensino será

apresentado como um revelador da condição social em que ele está inserido, incluindo questões diretamente voltadas ao seu desenvolvimento e inclusão.

E a partir desse momento em que a Escola é reconhecida como um lugar no qual as diversidades se encontram e se confrontam na construção de um pensamento crítico torna-se importante refletir que: “O tratamento uniforme dado pela Escola só vem consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos” (DAYRELL, 1996, p. 140).

Assim, o ensino de uma “Geografia Cidadã” trabalha para romper a alienação em que alguns jovens se encontram e que faz com que tenham vergonha do espaço em que estão inseridos. O que se baseia no fato de que “O ser alienado não procura um mundo autêntico. Isto provoca uma nostalgia: deseja outro país e lamenta o seu. Tem vergonha de sua realidade” (FREIRE, 1986, p. 19).

Para reconhecer o mundo autêntico, ou seja; o mundo em que vive, o sujeito precisa construir uma percepção integral de sua realidade e, a partir desse ponto, refletir e atuar positivamente nos espaços de sua vivência, pois se cria um sentimento de pertencimento ao lugar - uma territorialidade. E “Quando o homem compreende sua realidade ele pode levantar hipóteses sobre o desafio de sua realidade e procurar soluções” (FREIRE, 1986, p.16).

Assim, a Escola e a Geografia, ao priorizarem uma atitude voltada à realidade do educando, passam a ser ambiente e instrumento de diálogo. Conclui-se, portanto, que o diálogo parte da valorização da percepção do outro e da sabedoria dos limites do conhecimento que há em si próprio (FREIRE, 2003).

A Geografia não considera apenas que o ser está no mundo, considera, principalmente, as relações que esse ser estabelece com o espaço em que vive; pois não é possível que o ser esteja no mundo e se relacione com as pessoas de forma neutra, é necessário integrar-se ao mundo (FREIRE, 2000).

Até mesmo o ato de estudar precisa ter uma razão, uma finalidade. Pois, o ser, em sua situação espacial, precisa estar comprometido com o espaço por ele vivenciado; o que abrange as intervenções a serem feitas na realidade, as quais podem ser estimuladas durante o processo de ensino-aprendizagem, através do incentivo à participação do educando em diálogos e atividades voltadas à compreensão da realidade experienciada pelo sujeito.

Os jovens, sobretudo aqueles que estão em situação de risco, necessitam dessas práticas, pois, sabe-se que a sua condição de vulnerabilidade social é elevada, o que torna necessário uma visão mais apurada da realidade. E partindo do pressuposto de que essas práticas já existem em alguns ambientes de ensino regular, esse trabalho se apóia na percepção dos sujeitos em situação de risco sobre o ensino da Geografia, de forma com que as relações espaciais e a vivência desses jovens sejam um importante elemento para conduzir essa investigação.

O PERFIL DO JOVEM EM LIBERDADE ASSISTIDA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

No Núcleo de Medidas sócio-educativas em meio aberto – LA e PSC (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), em Ribeirão das Neves/MG, foram realizadas entrevistas com quatorze jovens, entre quinze e dezenove anos, com o objetivo de conhecer os espaços desses sujeitos e a relação dos mesmos com o ensino da Geografia.

Esse Núcleo atende atualmente cerca de oitenta jovens, sendo que 93% são do sexo masculino, 51% desses jovens são moradores da Região de Justinópolis, 30% da Região do Veneza e 19% da Região Central. E, no que se refere aos entrevistados, a maioria deles reside nos bairros mais periféricos do município: Menezes, Labanca, Rosaneves, Jardim Colonial, dentre outros (Núcleo de Medidas sócio-educativas em meio aberto LA e PSC, 2008).

Dos quatorzes adolescentes que responderam a entrevista metade mora com a mãe, pai e com os irmãos, cinco moram somente com a mãe (ou pai) e com os irmãos, um deles mora com parentes e outro mora com a mãe e com o padrasto. Sendo válido refletir se a desintegração do núcleo familiar original pode ter contribuído para a situação de risco

desses sujeitos, pois grande parte dos jovens entrevistados considera ótima a relação familiar que possui, e apenas quatro deles conceituam como regular essa relação. Revelando, também, que quando o assunto é passear eles preferem a companhia dos amigos ou das namoradas e a família recebe o segundo lugar.

Indagados a respeito dos diálogos que a família mantém com os mesmos, dez adolescentes afirmaram que são discutidas questões relativas ao uso de drogas; nove dialogam sobre violência; seis disseram que discutem com a família sobre seus problemas pessoais, quatro conversam sobre sexo e somente um dos jovens revelou não haver nenhum desses diálogos (sobre drogas, violência, sexo e problemas pessoais) em sua residência.

Essa falta de diálogo pode ser considerada um importante ponto a ser trabalhado no ambiente familiar, pois, sabe-se que a sua quebra é uma das manifestações da violência e que ele é fundamental em todas as relações interpessoais, sendo que a ausência do mesmo pode ocasionar dificuldades nas outras dimensões da vivência do sujeito.

Outro assunto a ser destacado no cotidiano dos adolescentes é a situação dos mesmos com as bebidas, cigarros, ou outras drogas. Entre os entrevistados dois fazem uso de cigarro; dois de bebidas alcoólicas, três consomem bebida alcoólica e cigarro e dois, dentre esses sete adolescentes, afirmaram usar outros tipos de drogas. Sendo relevante citar que a maioria desses jovens alega que dentre os familiares que moram com eles existe alguém que fuma ou bebe, o que pode ter influenciado os mesmos a fazerem esses usos.

Foi possível, também, constatar que os adolescentes entrevistados têm como espaços prediletos aqueles voltados ao esporte e ao lazer e que a igreja e a Escola aparecem como o terceiro espaço preferido pelos jovens. Além disso, os mesmos revelaram ter vontade de realizar viagens e freqüentar mais espaços artístico-culturais.

Apesar da preferência por espaço de esporte e lazer, grande parte dos bairros nos quais esses adolescentes moraram dispõe apenas de campos de futebol improvisados em terrenos baldios e, em alguns casos, existem quadras apropriadas para jogos. O Programa Escola Aberta e as ONGs – Organizações Não Governamentais, também, são citados por esses jovens como espaços de lazer e descontração.

Torna-se preciso, então, estarmos cientes que a falta, ou carência, de alternativas de lazer e espaços artísticos culturais tendem a contribuir para a efetivação da vulnerabilidade social dos sujeitos, já que eles podem passar a fazer uso das ruas como local de lazer (como ocorre sempre com seis dos entrevistados), correndo o risco de se tornarem vulneráveis às diversas formas de violência presentes na atualidade. Um desses exemplos se centraliza no fato de que: “A carência de atividades de diversão na comunidade é explorada pelo tráfico que, em muitos lugares, marca presença, ocupando um espaço deixado em aberto pelo poder público, constituindo referência para os jovens” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p.155).

A PERCEPÇÃO DOS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL ACERCA DA ESCOLA E DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Dos jovens entrevistados, oito freqüentam a 6ª série e o restante se divide entre 4ª, 5ª, 8ª série, Projeto de Aceleração da aprendizagem, 1º e 2º ano. Sendo que oito deles se sentem relativamente bem no ambiente escolar e seis se sentem muito bem no local onde estudam. E dos quatorze adolescentes seis já estão no mercado de trabalho.

A maior parte deles gosta de ir à escola para, respectivamente, estudar; conversar com os colegas; paquerar; conversar com os professores e merendar e tem como seus lugares preferidos o pátio e a sala de vídeo. Em terceiro lugar eles gostam mais da biblioteca e por último da sala de aula, citada por quatro dos adolescentes.

De acordo com esses adolescentes, o que pode trazer melhoria para a escola é: um maior número de professores, mais espaços para pesquisas (laboratórios de ciências e de computação), melhoria dos espaços de esporte; maior segurança, a criação de cursos profissionalizantes e de danças e a melhoria das relações interpessoais.

Os jovens que atualmente não freqüentam escola disseram que tem interesse de retomar os estudos. E um jovem de dezessete anos, que cursa o 1º ano do ensino médio,

conta que “muitas vezes fica dentro de casa estudando para que mais tarde possa aprender e talvez ser alguém na vida”. O que nos remete a pensar sobre a grande responsabilidade da escola em não frustrar as expectativas dos alunos, pois o estudo, às vezes, é visto por eles como uma maneira dos mesmos serem mais valorizados.

Diante disso vale conhecer, também, o que esses adolescentes pensam sobre a Geografia Escolar. Para isso foi perguntado se eles conseguem perceber se a Geografia que eles aprendem na escola tem alguma relação com suas vidas. Dos quatorze entrevistados onze disseram que não consegue visualizar essa relação e apenas três responderam que essa relação existe e que é possível vê-la nos noticiários da atualidade e nas questões do meio ambiente.

De acordo com esses jovens as aulas de Geografia costumam acontecer na sala de aula e raramente o professor faz uso de outros espaços, e quando fazem esse uso os espaços são, respectivamente, o pátio, a sala de vídeo e a biblioteca. Existindo, também, pouca diversidade quanto aos materiais que os professores utilizam ou pedem para os alunos utilizarem; o livro didático é o mais freqüente e, em casos raros, são utilizados jornais ou revistas e materiais recicláveis.

A sugestão dos jovens para que essas aulas de Geografia apresentem melhorias é que os professores expliquem mais, incentivem mais os alunos, falem menos às aulas, realizem excursões, que façam uso de músicas e vídeos, além de levarem os alunos para conhecerem coisas e lugares diferentes (como museus e exposições).

As respostas dadas pelos adolescentes em L.A nos levam a importantes reflexões acerca da Geografia escolar, inseridas nos seguintes questionamentos: A Geografia apresentada aos alunos é uma mera disciplina que nada tem a ver com a realidade e com a dinâmica espacial dos mesmos? Os professores têm feito uso dos diversos espaços e das diversas linguagens que o ensino lhes permite fazer? Qual tem sido a função social de se ensinar a Geografia?

Esses questionamentos se centralizam na necessidade de que no processo de ensino é fundamental considerar a realidade do aluno, pois ela faz parte do desenvolvimento do sujeito e da construção de seu raciocínio geográfico. Essa necessidade de priorizar a formação dos sujeitos e não simplesmente levar aos educandos informações desconectadas de sua realidade é o que nos remete ao ensino de uma “Geografia Cidadã”. Afinal, o principal objetivo no ensino dessa disciplina é a formação do sujeito, a qual tem em sua essência um processo de ensino-aprendizagem que possibilita ao mesmo realizar uma leitura do mundo por meio de seu espaço vivido (CALLAI, 2005).

De tal modo, Cabe aos professores tornar as aulas cada vez mais interessantes para os alunos, criando discussões que tenham elo com a vivência dos mesmos e que possam repercutir nas dinâmicas espaciais desses jovens. “Propomos, assim, uma mudança do eixo da reflexão, passando das instituições educativas para os sujeitos jovens, onde é a escola que tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca” (DAYRELL, 2007, p. 1107).

Nesse contexto, a Geografia e as demais disciplinas escolares não devem ficar aprisionadas dentro da sala de aula e sim ultrapassar os limites desse espaço por meio das observações e análises críticas que o aluno realiza enquanto sujeito participante e construtor da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de sozinha não conseguir superar os desafios sociais presentes na atualidade, a Escola tem um importante papel social na vida dos adolescentes e a maneira como ocorre o processo de ensino-aprendizagem nesses ambientes representa uma pouco da formação do sujeito para o exercício da cidadania, o que, também, necessita ser englobado pela Geografia escolar.

Deste modo, dentre as finalidades da “Geografia cidadã” reconhece-se que o jovem,

ao analisar, criticar e intervir em sua realidade faz com que se configure certa territorialidade, capaz de modificar sua percepção espacial. Esse adolescente, no entanto, às vezes, precisa de um mediador para reconhecer sua potencialidade para modificação do espaço.

Pois, sabe-se que o sentimento de inferioridade e apatia dos jovens diante das mazelas sociais deve ser sanado, já que ele, também, possui formas violentas de se manifestar. Sendo preciso mudar a percepção do sujeito sobre si mesmo e sobre o meio em que está inserido; “(...) essa mudança da percepção não é outra coisa senão a substituição de uma percepção distorcida da realidade por uma percepção crítica da mesma” (FREIRE, 1986, p.33).

O ensino de uma “Geografia cidadã” implica em uma prática que se opõe à formação de adolescentes angustiados e sem teor crítico para atuar na reconstrução do espaço, visto que prioriza o diálogo entre os diversos saberes sociais e culturais existentes no ambiente escolar; sem estereótipos ou hierarquias. E, apesar dos jovens em situação de risco social ser a ênfase desse trabalho, a Geografia cidadã não se destina exclusivamente a eles, pois seria apenas mais uma forma de segregá-los, sendo, portanto, um direito de todos.

Contudo, o intuito deste trabalho, não é concluir ou apontar procedimentos para o ensino. As discussões apresentadas têm o objetivo de estimular ações voltadas à valorização dos jovens em situação de risco envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no âmbito da Geografia.

Do mesmo modo, cabe salientar que o professor necessita ser valorizado e que, para tanto, é necessário investir em sua formação e respeitar seu importante papel como “agente da transformação social”, o que, também, é parte integrante do compromisso com a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, [1996]. p. 121.
- ARANTES, Geraldo Claret de; Minas Gerais. **Manual de prática jurídica do estatuto da criança e do adolescente**. 2. ed. segundo o novo Código Civil. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, 2006. p. 226.
- AZEVEDO, Solange. **Liberdade Vigia**. Revista Época, Edição 332 – 27 de setembro de 2004. São Paulo. p.1. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT814574-1664,00.html> acessado em 1º de maio de 2008. às 13hs:32min.
- CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo: A Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66. 2005, p.227 – 247. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v25666.pdf Acesso em 1º de abril de 2008.
- CARLOS, Ana Fani: Introdução. In: Carlos Ana Fani A. (Org.) **A Geografia na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7.
- CASTRO, Mary Garcia Castro; ABRAMOVAY Miriam. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. Cadernos de Pesquisa: Autores Associados, nº116. São Paulo, 2002, p.143-176. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200007&script=sci_arttext-123k - Acesso em 13 de novembro de 2008.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; Kaercher, Nestor André; REGO, Nelson (Org.) **Geografia: Práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.45.
- CAVALCANTI, Lana Souza. **Geografia, Escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998, p. 16.
- CAVALCANTI, Lana Souza. In: Cavalcanti, Lana Souza (org.). **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002. p.47.
- DAYRELL, Juarez. In: Dayrell, Juarez (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. p. 140.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educação & Sociedade. vol.28 no. 100 – Especial. Campinas. Outubro, 2007. p.1105-1128. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2008, às 13hs: 00min.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 12ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p.16 – 33. Disponível em: www.paulofreire.ufpb.br/.../Files/livros/Calado-Paulo_Freire-sua_visao_de_mundo_de_homem_e_de_sociedade.pdf - Acesso em 08 de setembro de 2008, às 12hs: 00min.

_____. **Pedagogia da indignação.** 1ªed. São Paulo: UNESP, 2000. p. 43 e 67. Disponível em http://www.esnips.com/doc/5f69bb15-e2a8-4711-9b17-103255666a6e/Pedagogia_da_Indignacao Acesso em 11 de setembro de 2008, às 11hs: 00min.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FROTA, Paulo. **Ato infracional praticado no ambiente Escolar e as medidas sócio-educativas.** Pará, 1999. p.55. Disponível em: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. P.55. Disponível em: http://www.mp.mg.gov.br/extranet/visao/sigecon/html/uploads/html_proprio/html_7621/material/anexo/Texto%20-%20%20Ato%20Infracional%20Praticado.htm Acesso em 05 de abril de 2008 às 17hs: 00min.

GADOTTI, Moacir. **Contribuição de Paulo freire ao pensamento pedagógico mundial.** Universidade Nacional da Costa Rica. 2001. p.6. Disponível em: www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0054/PF_pensamento_ped_2001.pdf Acesso em 11 de setembro de 2008, às 15hs: 00min.

GOULART, Lígia Beatriz; REGO, Nelson. **Revisitando a Geografia:**

a perspectiva integradora da pedagogia de projetos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. IX Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/lgoulart.htm> Acesso em 4 de outubro de 2008.

GRECO, Fátima A. Silveira; FONSECA, Selva Guimarães. **Geografia, saberes, práticas e vivências culturais de jovens adolescentes.** Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1283930371460.doc> Acesso em 19 de agosto de 2008. p. 1

INESP, Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará. **Medidas sócio-educativas para jovens em situação de risco: Prevenção, Aplicação e Eficácia.** ALCE – Assembléia Legislativa do Ceará.Org. TASSIGNY, Mônica Mota; NOCRATO, Suzete; BARROS, Tereza. Fortaleza – Ceará, 2007. p. 30. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/inesp/4.pdf> Acesso em 11 de maio de 2008, às 14hs: 00min.

LESCHER, Auro Danny. In: Lescher, Auro Danny *et al.* **Crianças em situação de risco social: limites e necessidades da atuação do profissional de saúde.** FAPESP/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. São Paulo, 2004. p.74. Disponível em: <http://www.projeitoquixote.epm.br/publicacao.pdf> Acesso em 16 de maio de 2008, às 00hs: 15min.

MARTINS, Jeyse, CATOZZI, Caroline, SAYEGH, Flávia *et al.* QUEIROZ (1984), apud. **O professor e o aluno em Liberdade Assistida: um estudo exploratório.** *Psicol. esc. educ.* [online]. jun. 2005, vol.9, no.1. p.37-46. Disponível em: World Wide Web: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100011&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8557. Acesso em 17 de maio de 2008, às 13hs: 03min.

MDS _ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protECAo-social-especial/centros-de-referencia-especializados-de-assistencia-social-servicos-de-protECAo-social-especial-a-familia-pessoa-idosa-crianca-adolescente-e-pessoa-com-deficiencia/servico-de-orientacao-e-acompanhamento-a-adolescentes-em-cumprimento-de-medida-socio-educativa-de-liberdade-assistida-e-de-prestacao-de-servicos-a-comunidade> Acesso em 08 de maio de 2008, às 21hs: 20min.

MPRS- Ministério Público do Rio Grande do Sul <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/pgn/id91.htm?impressao=1> Acesso no dia 14 de abril de 2008, às 18hs: 44min.

NÚCLEO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO LA E PSC. Programas: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade. Ribeirão das Neves, 2008.

OLIVA, Jaime; GIANANTI, Roberto. **Espaço e Modernidade:** Temas da Geografia do Brasil. São Paulo: Atual, 1999. p. 2 – 3.

OLIVEIRA, Cristina Paletta de Oliveira; RIBEIRO, Leila Beatriz; WIKE, Valéria Cristina Lopes; OLIVEIRA, Carmem Irene Correia. **Quem é o jovem em situação de risco? representações no cinema nacional do período da retomada.** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. p.15. Disponível em: www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/terpal.pdf Acesso em 17 de maio 2008, às 18hs:42min.

OLIVEIRA, Marlene Macário de. **A Geografia Escolar: reflexões sobre o processo didático-pedagógico do ensino.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, Nº02. 2006, p. 12 - 16. Disponível em: www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed02/artigo01.pdf

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do ensino de história e Geografia.** São Paulo: Cortez, 1992. p. 18.

PLATANOW, Vladimir. **IBGE mostra que homens jovens são principais vítimas da violência nos centros urbanos.** Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/12/05/materia.2007-12-05.1045027516/view> Acesso em 22 de agosto de 2008, às 21hs: 00min.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.) **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.68.

RUA, João. In: Rua, João *et al.* **Para ensinar Geografia: contribuição para o trabalho com 1º e 2º graus.** Rio de Janeiro: Access, 1993. p. 5.

SANTOS, Milton, **Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 218.

SERPA, Ângelo. **Por uma Geografia das representações sociais.** Universidade Federal da Bahia - UFBA. 2005. 13 p. Disponível em: http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Olam5_2005.pdf Acesso em 25 de maio de 2008, às 10hs:00min.

SOUZA, Elaine Castelo Branco. **A Liberdade Assistida como alternativa de ressocialização do adolescente.** MPSC- Ministério Público do Estado do Pará Disponível em: Acesso em 15 de maio de 2008, às 22hs: 17min.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB: (lei nº 9.394/96)** . São Paulo: Pioneira, 1997. 140 p.

UNESCO/ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Lidando com a violência nas Escolas: O papel da UNESCO/ Brasil.** 2003, p. 2 -4. Disponível em: www.unesco.org.br Acesso em 07 de setembro de 2008, às 09hs: 00min.

_____. **Mapa da Violência IV. Os jovens do Brasil. Juventude, violência e cidadania.** Brasília: 2004, p. 165. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/mapaiv> Acesso em 11 de setembro de 2008 às 09hs: 30min.

VALVERDE, Rodrigo R. H. F. **Por uma Perspectiva Geográfica dos Espaços Públicos: Repensando a Espacialidade da Dimensão Social.** Revista espaço e cultura. Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, RJ, Nº. 22, P. 67-78, JAN./DEZ. DE 2007. Disponível em: <http://www.nepec.com.br/revista.htm> Acesso em 01 de maio de 2008, às 12hs: 35min.

